ReGeo ISSN: 2177-3246

DA CRISE DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA À RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL: ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE

FROM THE CRISIS OF THE SUGARCANE AGRO-INDUSTRY TO TERRITORIAL RECONFIGURATION: AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN NORTHERN RIO DE JANEIRO STATE

DE LA CRISIS DE LA AGROINDUSTRIA CAÑERA A LA RECONFIGURACIÓN TERRITORIAL: ASENTAMIENTOS DE REFORMA AGRARIA EN EL NORTE DEL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO

https://doi.org/10.56238/revgeov17n7-149

Data de submissão: 12/06/2026 **Data de publicação:** 27/07/2026

Rafael do Valle Paiva
Doutor em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária
Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
E-mail: rafael.paiva11@gmail.com
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7890820270824809

Cezar Augusto Miranda Guedes
Doutor pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo
Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
E-mail: cezar.eco@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2287-3948
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5150452586301405

RESUMO

A estrutura fundiária brasileira constitui um dos principais elementos explicativos das desigualdades econômicas e sociais observadas no espaço rural. No Norte Fluminense (estado do Rio de Janeiro), a predominância histórica da agroindústria canavieira moldou não apenas a economia regional, mas também as relações de trabalho, a ocupação do território e a concentração da propriedade da terra. Entretanto, a partir das últimas décadas do século XX, a crise do setor sucroalcooleiro promoveu profundas transformações na dinâmica produtiva regional, desencadeando o fechamento de diversas usinas, o aumento do desemprego rural e a reorganização das relações sociais no campo. Nesse contexto, os assentamentos de reforma agrária assumiram papel relevante como alternativa de reorganização territorial e de reprodução social das famílias anteriormente vinculadas à economia canavieira. O presente artigo analisa a relação entre a reestruturação produtiva da agroindústria canavieira e a constituição dos assentamentos rurais no Norte Fluminense, tendo como estudo de caso o Projeto de Assentamento São Fidélis, localizado no município de são Fidelis, na região Norte do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise de documentos produzidos no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), executada pela Cooperativa CEDRO (Cooperativa de consultoria, projetos e serviços em desenvolvimento sustentável ltda). Os resultados indicam que a reforma agrária desempenhou relevante papel na reorganização do espaço agrário regional, proporcionando condições para a permanência de trabalhadores rurais no campo, embora persistam limitações relacionadas à infraestrutura, ao acesso aos mercados e à dependência parcial de políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva. Agroindústria Canavieira. Agricultura Familiar.

ABSTRACT
Brazil's land tenure structure is a key factor in explaining the economic and social inequalities observed in rural areas. In the *Norte Fluminense* region (Rio de Janeiro state), the historical dominance of the sugarcane agro-industry shaped not only the regional economy but also labor relations, land use patterns, and the concentration of land ownership. However, starting in the late 20th century, a crisis in the sugar-ethanol sector drove profound changes in regional production dynamics, triggering the closure of numerous mills, rising rural unemployment, and a reorganization of social relations in the countryside. Against this backdrop, agrarian reform settlements have played a significant role as an alternative for territorial reorganization and the social reproduction of families previously tied to the sugarcane economy. This article analyzes the relationship between the productive restructuring of the sugarcane agro-industry and the establishment of rural settlements in *Norte Fluminense*, using the São Fidélis Settlement Project—located in the municipality of São Fidélis in the northern part of Rio de Janeiro state—as a case study. The research is based on a literature review, document analysis, semi-structured interviews, participant observation, and an analysis of documents produced within the scope of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) services carried out by the CEDRO Cooperative (a cooperative specializing in consultancy, projects, and services for sustainable development). The results indicate that agrarian reform played a significant role in reorganizing the region's agrarian landscape, enabling rural workers to remain in the countryside, although limitations persist regarding infrastructure, market access, and a partial reliance on public policies supporting family farming.

Keywords: Productive Restructuring. Sugarcane Agro-industry. Family Farming.

RESUMEN
La estructura de tenencia de la tierra en Brasil es un factor clave para explicar las desigualdades económicas y sociales observadas en las zonas rurales. En la región del *Norte Fluminense* (estado de Río de Janeiro), el predominio histórico de la agroindustria de la caña de azúcar configuró no solo la economía regional, sino también las relaciones laborales, los patrones de uso del suelo y la concentración de la propiedad de la tierra. Sin embargo, a finales del siglo XX, una crisis en el sector sucroalcoholero impulsó profundos cambios en las dinámicas productivas regionales, provocando el cierre de numerosos ingenios, el aumento del desempleo rural y una reorganización de las relaciones sociales en el campo. En este contexto, los asentamientos de reforma agraria han desempeñado un papel significativo como alternativa para la reorganización territorial y la reproducción social de las familias anteriormente vinculadas a la economía de la caña de azúcar. Este artículo analiza la relación entre la reestructuración productiva de la agroindustria cañera y el establecimiento de asentamientos rurales en el *Norte Fluminense*, utilizando como estudio de caso el Proyecto de Asentamiento São Fidélis, ubicado en el municipio homónimo, en la zona norte del estado de Río de Janeiro. La investigación se basa en una revisión bibliográfica, análisis documental, entrevistas semiestructuradas, observación participante y el análisis de documentos generados en el marco de los servicios de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER) realizados por la Cooperativa CEDRO (especializada en consultoría, proyectos y servicios para el desarrollo sostenible). Los resultados indican que la reforma agraria desempeñó un papel importante en la reorganización del paisaje agrario de la región, permitiendo a los trabajadores rurales permanecer en el campo, aunque persisten limitaciones en cuanto a infraestructura, acceso a mercados y una dependencia parcial de las políticas públicas de apoyo a la agricultura familiar.

Palabras clave: Reestructuración Productiva. Agroindustria de la Caña de Azúcar. Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

A agroindústria canavieira desempenhou, durante séculos, papel central na organização econômica e territorial do Norte Fluminense. A crise do setor sucroenergético, intensificada nas décadas de 1980 e 1990, desencadeou o fechamento de usinas, o desemprego rural e profundas transformações no espaço agrário regional. Nesse processo, os assentamentos de reforma agrária emergiram como alternativa de reorganização territorial e de reprodução social das famílias anteriormente vinculadas à economia canavieira. É a partir dessa problemática que se desenvolve o presente estudo.

O objetivo do artigo é analisar de que forma a reestruturação produtiva da agroindústria canavieira impactou e criou condições para a reorganização do espaço agrário no Norte Fluminense, tomando como referência empírica o Projeto de Assentamento (PA) São Fidélis e os demais assentamentos acompanhados pela Cooperativa CEDRO (Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda)[1].

Este artigo integra uma agenda de pesquisa desenvolvida pelo autor sobre agricultura familiar e políticas públicas de desenvolvimento rural no Norte Fluminense. A dissertação de mestrado analisou as transformações socioprodutivas dos assentamentos rurais da região (PAIVA, 2014), enquanto a tese de doutorado investigou a trajetória histórica das políticas de extensão rural no Brasil e na Argentina (PAIVA, 2023). O presente estudo articula essas duas perspectivas, utilizando dados longitudinais produzidos durante cinco anos de execução da ATES para analisar a reconfiguração territorial dos assentamentos de reforma agrária.

Parte-se da hipótese de que os assentamentos de reforma agrária constituíram uma das principais respostas territoriais à crise da agroindústria canavieira regional, permitindo a reconstrução das estratégias de reprodução social das famílias anteriormente vinculadas ao complexo sucroenergético. A principal contribuição do estudo consiste em integrar dados produzidos durante a execução da ATES com a análise da reestruturação territorial, evidenciando como a assistência técnica contribuiu para a reorganização produtiva da agricultura familiar no Norte Fluminense.

O artigo está estruturado em sete seções. Após esta introdução, apresenta-se a formação histórica da estrutura agrária brasileira, seguida da discussão sobre a reestruturação produtiva da agroindústria canavieira, dos procedimentos metodológicos, da caracterização do estudo de caso e da análise dos resultados, encerrando-se com as considerações finais. A partir dessa perspectiva, busca-se

[1] Fundada em 23 de maio de 1999, por 26 (vinte e seis) profissionais autônomos, com formação nas áreas das ciências agrárias e ciências sociais. Ela tem como foco principal a assistência técnica e extensão rural (ATER), além do apoio estrutural à agricultura familiar e à economia solidária.

compreender como a reforma agrária constituiu não apenas uma política de redistribuição da terra, mas também um processo de reconfiguração territorial no Norte Fluminense.

2 A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA E A CONSOLIDAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

Compreender a atual configuração do espaço agrário do Norte Fluminense exige, inicialmente, analisar o processo histórico de formação da estrutura fundiária brasileira. A organização da agricultura nacional não decorre apenas de escolhas econômicas recentes, mas constitui o resultado de um longo processo histórico iniciado durante a colonização portuguesa, no qual a terra assumiu papel central como instrumento de acumulação de riqueza, poder político e controle social.

Segundo Caio Prado Júnior (2011), a colonização foi estruturada para atender aos interesses mercantis da metrópole, organizando a economia colonial em torno da grande propriedade monocultora voltada à exportação. A implantação do sistema de capitanias hereditárias e, posteriormente, das sesmarias, consolidou um padrão de ocupação territorial baseado na concentração da propriedade da terra, favorecendo o surgimento dos grandes engenhos açucareiros e limitando o acesso da população à propriedade rural.

Na mesma direção, Celso Furtado (2007) destaca que a economia açucareira representou o primeiro grande complexo agroexportador do Brasil, caracterizado pela combinação entre latifúndio, monocultura e trabalho escravizado. Esse modelo possibilitou significativa acumulação de capital durante o período colonial, porém estabeleceu uma estrutura produtiva extremamente concentrada, cuja permanência influenciou o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Ao analisar a formação histórica da agricultura brasileira, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1999) ressaltam que a expansão da cana-de-açúcar constituiu muito mais do que um ciclo econômico. A cultura canavieira organizou formas específicas de ocupação territorial, relações de trabalho, sistemas de produção e mecanismos de concentração fundiária que permaneceram presentes mesmo após importantes transformações econômicas ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX.

No estado do Rio de Janeiro, particularmente na região Norte Fluminense, esse processo assumiu características próprias. Favorecida pelas condições edafoclimáticas e pela proximidade dos principais centros consumidores, a produção açucareira consolidou-se como principal atividade econômica regional desde o período colonial, promovendo a formação de extensos latifúndios e a instalação de grandes engenhos que, posteriormente, seriam substituídos pelas modernas usinas sucroalcooleiras. Conforme observam Linhares e Silva (1999), a economia regional passou a

apresentar elevada especialização produtiva, tornando-se fortemente dependente do desempenho da agroindústria canavieira. Essa elevada especialização produtiva tornou a economia regional fortemente dependente da agroindústria canavieira, condição que explicará sua vulnerabilidade diante das transformações ocorridas nas décadas seguintes.

3 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA, PROÁLCOOL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

As transformações observadas na agroindústria canavieira brasileira durante as últimas décadas do século XX constituem parte de um amplo processo de reestruturação do capitalismo agrário brasileiro, marcado pela modernização tecnológica da agricultura, pela redefinição do papel do Estado na economia e pela crescente inserção do setor agroindustrial em um ambiente de competição nacional e internacional.

A partir da década de 1960, o Estado brasileiro assumiu papel decisivo na modernização da agricultura nacional. A ampliação do crédito rural subsidiado, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), os investimentos em pesquisa agropecuária e a expansão da assistência técnica impulsionaram a incorporação de tecnologias modernas à produção agrícola. Entretanto, conforme analisa José Graziano da Silva (1982), esse processo ocorreu de forma profundamente seletiva, beneficiando prioritariamente médios e grandes produtores e preservando a elevada concentração fundiária existente no país. Por essa razão, o autor caracteriza esse período como uma modernização conservadora, na qual se modernizaram as técnicas produtivas, mas não as estruturas sociais e fundiárias.

Na interpretação de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), essa modernização consolidou uma nova etapa do desenvolvimento capitalista no campo, marcada pela crescente subordinação da agricultura ao capital industrial e financeiro. Ao incorporar máquinas, fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes melhoradas, a produção agrícola elevou significativamente sua produtividade, mas também intensificou a concentração da renda e promoveu a exclusão de milhares de trabalhadores rurais, que passaram a integrar um amplo contingente de mão de obra temporária ou migraram para os centros urbanos.

Esse processo foi particularmente intenso na agroindústria canavieira. A modernização das usinas, associada à mecanização gradual das operações agrícolas, reduziu progressivamente a necessidade de trabalhadores permanentes, alterando profundamente as relações de trabalho existentes desde o período colonial. Conforme destaca José de Souza Martins (1995), a expansão do capitalismo no campo brasileiro não eliminou formas tradicionais de exploração do trabalho; ao contrário, produziu

novas modalidades de exclusão social, frequentemente associadas à expulsão silenciosa de trabalhadores residentes das propriedades rurais.

Paralelamente a esse processo, a crise internacional do petróleo de 1973 levou o governo brasileiro a instituir, em 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), por meio do Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. O programa tinha como principal objetivo reduzir a dependência nacional dos combustíveis fósseis mediante o estímulo à produção de etanol combustível, utilizando a ampla estrutura produtiva da agroindústria canavieira já instalada no país.

Conforme analisam Shikida e Bacha (1999), o Proálcool representou uma das maiores políticas públicas de incentivo à agroindústria brasileira. Por meio de financiamentos subsidiados, garantias de compra da produção, controle estatal dos preços e incentivos fiscais, o programa promoveu expressiva expansão da produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, especialmente durante sua segunda fase, iniciada no final da década de 1970.

No entanto, embora tenha estimulado o crescimento do setor, o Proálcool também aprofundou diferenças estruturais entre as regiões produtoras. Enquanto parte das usinas localizadas em São Paulo utilizou os recursos públicos para investir em mecanização, automação industrial, pesquisa varietal e racionalização administrativa, diversas unidades produtivas de outras regiões permaneceram dependentes da proteção estatal, retardando investimentos em inovação tecnológica.

Essa diferenciação torna-se evidente no estudo desenvolvido por Shikida e Bacha (1999), segundo os quais a adoção do novo paradigma tecnológico passou a constituir o principal fator de competitividade da agroindústria canavieira brasileira. As empresas que incorporaram rapidamente novas tecnologias agrícolas e industriais alcançaram ganhos expressivos de produtividade, redução de custos e maior capacidade de adaptação às mudanças do mercado. Em contrapartida, unidades menos eficientes enfrentaram dificuldades financeiras crescentes, culminando, em muitos casos, com processos de incorporação, fusão ou encerramento definitivo de suas atividades.

Nessa perspectiva, as desigualdades se aprofundaram; Segundo Balsadi *et al.* (1996), o rendimento agrícola paulista superava em aproximadamente 20% a média nacional, resultado da elevada articulação entre instituições de pesquisa, assistência técnica e setor produtivo. Além disso, práticas como fertirrigação, aplicação de torta de filtro, colheita mecanizada e gestão empresarial profissionalizada consolidaram vantagens competitivas que permitiram às usinas paulistas enfrentar de maneira mais eficiente a desregulamentação e abertura econômica dos anos de 1990.

A realidade observada no Norte Fluminense apresentou trajetória distinta. Historicamente dependente da proteção estatal e caracterizada por menor capacidade de investimento tecnológico, a agroindústria regional mostrou-se particularmente vulnerável às mudanças institucionais ocorridas no

final da década de 1980 e início da década de 1990. A redução dos subsídios governamentais, a liberalização do mercado sucroenergético e, especialmente, a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello, alteraram profundamente o ambiente competitivo do setor.

Criado em 1933, o IAA desempenhou papel estratégico na regulação da agroindústria canavieira por quase seis décadas, estabelecendo cotas de produção, disciplinando preços, organizando exportações e promovendo mecanismos de proteção ao setor. Sua extinção marcou a transição para um modelo de mercado mais liberalizado, no qual a competitividade passou a depender fundamentalmente da eficiência produtiva das empresas (RAMOS, 1999; SZMRECSÁNYI, 1979).

Nesse novo contexto institucional, muitas usinas fluminenses revelaram limitações tecnológicas e financeiras acumuladas ao longo de décadas. Conforme observa Olalde (1993), parte significativa dessas empresas apresentava baixos índices de produtividade, reduzida capacidade gerencial e localização em áreas de menor aptidão agrícola, tornando-se incapaz de competir em um ambiente caracterizado pela diminuição da intervenção estatal e pelo aumento da concorrência.

As consequências sociais desse processo foram profundas. O fechamento de diversas usinas provocou o desemprego de milhares de trabalhadores rurais, afetando não apenas empregados industriais, mas também cortadores de cana, boias-frias, colonos e pequenos prestadores de serviços que dependiam economicamente da atividade sucroalcooleira. Mais do que uma crise setorial, consolidou-se um amplo processo de reestruturação territorial, no qual antigas áreas dominadas pela monocultura passaram a conviver com novas formas de uso da terra, dentre elas os assentamentos de reforma agrária.

Contudo, a reestruturação produtiva do Norte Fluminense não se limitou ao declínio da agroindústria sucroalcooleira. Conforme demonstram Souza e Terra (2020), a expansão da indústria do petróleo na Bacia de Campos redefiniu a dinâmica econômica regional, alterando os fluxos de emprego, renda e mobilidade da população. A consolidação de Macaé como polo petrolífero reduziu a centralidade econômica historicamente exercida por Campos dos Goytacazes, provocando importantes transformações na organização territorial e no mercado de trabalho regional. Uma boa análise desse contexto, incluindo o Porto do Açu, inaugurado em 2014 no município de São João da Barra, pode ser encontrada em NATAL (2024). Esses processos reforçam que a crise da agroindústria canavieira deve ser compreendida no contexto mais amplo da reestruturação econômica do Norte Fluminense. Essa reorganização materializou-se na substituição parcial da grande propriedade agroindustrial por novos territórios ocupados pela agricultura familiar assentada, inaugurando uma nova dinâmica econômica e social que será analisada a seguir.

Os assentamentos rurais implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passaram a desempenhar papel estratégico na reorganização do espaço agrário regional. Diferentemente da interpretação que reduz a reforma agrária a uma política de distribuição de terras, os assentamentos podem ser compreendidos como novos territórios de reprodução social, nos quais antigas relações de dependência da agroindústria foram substituídas por formas diversificadas de produção agrícola, comercialização e organização comunitária.

A composição social dessas novas comunidades evidencia essa transformação. As famílias assentadas eram formadas por trabalhadores oriundos de diferentes segmentos da antiga economia canavieira: ex-funcionários das usinas, cortadores de cana, boias-frias, colonos residentes nas propriedades, parceiros agrícolas e pequenos produtores que haviam perdido suas condições de permanência na atividade agrícola tradicional. Em muitos casos, conforme observado durante o trabalho de campo, antigos moradores permaneceram em suas residências mesmo após a falência das usinas, circunstância que favoreceu sua posterior inclusão nos projetos de assentamento implantados pelo INCRA.

Essa característica confirma a interpretação de José de Souza Martins (1995), segundo a qual a reforma agrária brasileira não resulta apenas da luta pelo acesso à terra, mas constitui também uma resposta às sucessivas formas de expropriação produzidas pelo desenvolvimento capitalista no campo. No Norte Fluminense, o assentamento rural representou, para muitas famílias, não apenas o acesso à propriedade da terra, mas a possibilidade concreta de reconstrução de suas condições materiais de existência após o colapso da agroindústria regional.

Entretanto, a simples distribuição da terra mostrou-se insuficiente para garantir a consolidação econômica dos assentamentos. Conforme demonstram Ricardo Abramovay (2012) e José Eli da Veiga (2001), a sustentabilidade da agricultura familiar depende da articulação entre políticas públicas de crédito, assistência técnica, infraestrutura, comercialização e organização social. Nesse sentido, a atuação do Estado por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) assumiu papel decisivo na organização produtiva dessas novas unidades familiares.

Foi nesse contexto que se inseriu a atuação da Cooperativa CEDRO, cuja experiência constitui o objeto empírico deste estudo. Contratada pelo INCRA para executar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em 10 assentamentos do Norte Fluminense, a cooperativa acompanhou de forma continuada o processo de reorganização produtiva das famílias assentadas, produzindo um amplo conjunto de informações técnicas, econômicas e sociais que subsidiam a presente pesquisa. A utilização dessas informações, associada às entrevistas realizadas e à observação participante desenvolvida ao longo da execução dos trabalhos de campo, permite compreender de maneira

aprofundada como essas famílias reconstruíram suas estratégias produtivas após a crise da agroindústria canavieira. Parte desse conjunto documental também subsidiou investigações anteriores conduzidas pelo autor (PAIVA, 2023), permitindo, nesta pesquisa, ampliar a análise mediante a incorporação de novos documentos técnicos, entrevistas e observações de campo especificamente relacionadas ao Norte Fluminense.

Sob essa perspectiva, os assentamentos rurais deixam de ser compreendidos apenas como resultado da política fundiária estatal e passam a representar uma nova configuração territorial produzida pela interação entre a crise econômica, a ação dos movimentos sociais, a intervenção do Estado e a capacidade de reorganização das próprias famílias assentadas. É justamente essa dinâmica que será analisada nas seções seguintes, dedicadas à caracterização da Cooperativa CEDRO, à metodologia da pesquisa e aos resultados empíricos obtidos no Projeto de Assentamento São Fidélis.

4 A COOPERATIVA CEDRO E A PRODUÇÃO DOS DADOS EMPÍRICOS DA PESQUISA

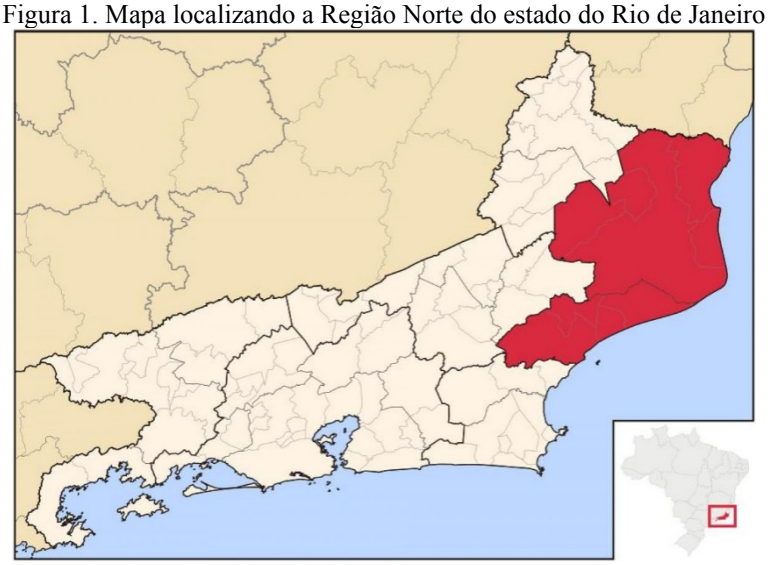
O principal diferencial metodológico deste estudo reside na utilização de informações produzidas durante a execução dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) pela Cooperativa CEDRO. Entre 2009 e 2014, a cooperativa acompanhou 19 assentamentos, produzindo relatórios técnicos, diagnósticos territoriais, Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA), Planos de Recuperação de Assentamentos (PRA) e demais documentos que constituem importante fonte primária desta pesquisa. A atuação continuada das equipes técnicas possibilitou o acompanhamento sistemático das condições de produção, organização social, infraestrutura, comercialização e estratégias de reprodução das famílias assentadas. Diferentemente de levantamentos pontuais, os dados analisados resultam de um processo longitudinal de acompanhamento técnico, conferindo maior consistência às análises apresentadas.

A inserção da Cooperativa CEDRO nos assentamentos ocorreu no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, mas já operacionalizada anteriormente por programas públicos de ATER executados mediante chamadas públicas e contratos administrativos. O financiamento dessas ações era realizado com recursos federais destinados à execução das políticas de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, cabendo às equipes técnicas acompanhar sistematicamente as famílias beneficiárias.

Dos 19 Projetos de Assentamento atendidos pela CEDRO no Estado do Rio de Janeiro, dez localizavam-se na região Norte Fluminense (Figura 1), constituindo o universo empírico regional analisado neste estudo. Essa atuação proporcionou intenso contato entre os técnicos e as famílias assentadas, permitindo a construção de um amplo conjunto de informações referentes às condições de

produção, infraestrutura, renda, organização social, comercialização, uso da terra e estratégias de reprodução econômica das unidades familiares. Diferentemente de levantamentos pontuais realizados para registros, os dados analisados nesta pesquisa resultam de um processo contínuo de acompanhamento técnico desenvolvido ao longo dos anos de 2009 a 2014, conferindo maior consistência às informações obtidas.

Figura 1. Mapa localizando a Região Norte do estado do Rio de Janeiro



Fonte: MAP OF RIO DE JANEIRO. Norte Fluminense mapa. Disponível em: <https://pt.map-of-rio-de-janeiro.com/regi%C3%B5es-mapas/norte-fluminense-mapa>. Acesso em: 13 jul. 2026.

A perspectiva metodológica adotada fundamenta-se na concepção contemporânea de ATER como processo participativo de construção do conhecimento (Caporal; Costabeber, 2004), dialogando com Freire (1983), Leeuwis (2004) e Brandão (1984). Essa abordagem possibilitou acompanhar diretamente as transformações produtivas e sociais observadas durante a execução da ATES, produzindo informações dificilmente captadas por pesquisas pontuais.

Como mencionado, o estudo concentrou-se no Projeto de Assentamento São Fidélis, selecionado em razão da disponibilidade de registros técnicos sistemáticos e da continuidade do acompanhamento realizado pela Cooperativa CEDRO. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco famílias representativas, complementadas pela análise documental e pela observação participante. Foram analisadas 324 fichas técnicas produzidas entre 2010 e 2013[2], referentes às 22 famílias assentadas, permitindo reconstruir sua trajetória produtiva e subsidiar a seleção dos

[2] Apesar da pesquisa analisar todo o período de execução do programa ATES (2009 a 1014) por parte da Cooperativa CEDRO, as fichas de Visita Tecnica do PA São Fidelis disponibilizadas para consulta foram do período de 2010 a 2013, anos em que o referido pesquisador atuou diretamente junto às famílias assentadas. Correspondendo, em média, a aproximadamente 14 visitas por unidade familiar ao longo desse período.

entrevistados, assegurando que o conjunto dos participantes representasse diferentes perfis existentes no assentamento.

Embora o presente estudo tenha adotado como unidade principal de análise o PA São Fidélis, a interpretação dos resultados também foi subsidiada pela experiência acumulada do pesquisador durante a execução dos serviços de ATES em outros assentamentos da região Norte Fluminense. Essa experiência permitiu estabelecer análises comparativas de caráter qualitativo, utilizadas exclusivamente para contextualizar os resultados obtidos no estudo de caso, sem a pretensão de realizar generalizações estatísticas para o conjunto dos assentamentos da região.

Os cinco entrevistados foram escolhidos de forma intencional, buscando contemplar distintos sistemas produtivos, diferentes níveis de participação nas organizações comunitárias e variadas trajetórias de inserção na agricultura familiar. Entre eles encontravam-se agricultores que exerceram funções de liderança na Associação de Produtores do assentamento, famílias com tradição na produção leiteira, produtores dedicados à horticultura, unidades produtivas diversificadas e famílias recentemente incorporadas ao programa de reforma agrária. Essa diversidade permitiu captar diferentes perspectivas sobre a organização do assentamento, os desafios enfrentados pelas famílias e os impactos das políticas públicas implementadas no território.

Os dados foram analisados por meio de triangulação entre entrevistas semiestruturadas, observação participante, diário de campo e documentos técnicos produzidos durante a execução da ATES. Essa estratégia metodológica contribuiu para ampliar a confiabilidade dos resultados, permitindo a comparação entre diferentes evidências sobre a organização social e produtiva das famílias assentadas. Posteriormente, o material foi submetido à análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo identificar categorias relacionadas à reestruturação produtiva, reprodução social, organização territorial e agricultura familiar.

5 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E CONDIÇÕES DE VIDA NO PA SÃO FIDÉLIS

As famílias assentadas são oriundas de trajetórias sociais heterogêneas, embora fortemente marcadas pela inserção anterior no complexo sucroalcooleiro do Norte Fluminense. Parte significativa dos assentados é composta por ex-trabalhadores de usinas, cortadores de cana, boias-frias, colonos residentes em propriedades rurais e pequenos trabalhadores rurais expulsos ou dispensados durante o processo de crise e fechamento das unidades industriais. Essa diversidade de origens confirma o que Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) denomina como processo de expropriação ampliada do

trabalho no campo, no qual diferentes segmentos sociais são progressivamente deslocados de suas formas tradicionais de reprodução.

No caso específico do assentamento São Fidélis, observa-se que a transição para a condição de assentado não significou apenas a mudança de status jurídico da terra, mas a reorganização completa das estratégias de sobrevivência e produção das famílias. A posse do lote permitiu a reconstrução de atividades produtivas antes impossibilitadas pela lógica concentradora da agroindústria canavieira, possibilitando a diversificação da produção agrícola e a retomada de práticas de autoconsumo.

A produção agropecuária do PA São Fidélis caracteriza-se pela diversificação de culturas alimentares, criação de pequenos animais e produção de leite, ovos e derivados, permitindo simultaneamente o autoconsumo e a geração de excedentes comercializáveis. Essa organização produtiva amplia a segurança alimentar das famílias e reduz sua vulnerabilidade econômica, aspecto destacado por Abramovay (2012) como característica central da agricultura familiar.

A diversificação produtiva também favoreceu a adoção de práticas agroecológicas observadas durante o trabalho de campo. Sistemas produtivos diversificados apresentam maior estabilidade ecológica, menor dependência de insumos externos e maior capacidade de adaptação às mudanças ambientais (Altieri, 2018). Essa constatação dialoga com Silva *et al.* (2023), que identificaram resultados semelhantes em assentamentos da região Norte Fluminense.

A comercialização da produção ocorre predominantemente por meio de feiras livres e mercados locais, que permitem a venda direta aos consumidores e fortalecem os circuitos curtos de abastecimento (Veiga, 2001). Além de constituírem importante fonte de renda, esses espaços reforçam as relações de proximidade entre agricultores e consumidores e ampliam a inserção econômica da agricultura familiar no município. Apesar desses avanços, persistem limitações relacionadas à logística, ao transporte e à organização coletiva da comercialização. Batista, Pedlowski e Souza (2026) demonstram que essas dificuldades mantêm parte dos agricultores dependentes de intermediários, reduzindo sua capacidade de agregação de valor e restringindo sua autonomia econômica.

Os desafios encontrados na comercialização também evidenciam que o acesso à terra, isoladamente, não garante a consolidação econômica dos assentamentos. Conforme Batista, Pedlowski e Souza (2026), a insuficiência de políticas públicas voltadas à logística, ao transporte e à organização coletiva limita a capacidade competitiva da agricultura familiar, reforçando a necessidade de ações integradas de assistência técnica e fortalecimento das organizações locais.

Os resultados nos mostram que o acesso à terra, por si só, não garante a consolidação econômica dos assentamentos. A continuidade das políticas públicas, a melhoria da infraestrutura, o fortalecimento das organizações locais e a ampliação dos canais de comercialização permanecem como

fatores determinantes para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Entraves logísticos e institucionais ainda limitam o potencial produtivo e comercial das famílias assentadas (Santana; Belo; Pedlowski, 2015).

Em conjunto, os resultados demonstrados no PA São Fidélis evidenciam que a reorganização produtiva das famílias assentadas se fundamenta na diversificação das atividades agropecuárias, na adoção de práticas agroecológicas, na comercialização em mercados locais e na combinação entre produção para autoconsumo e geração de renda. Esses elementos constituem a base empírica para discutir o papel da ATER na consolidação desse processo.

6 CARACTERIZAÇÃO DO PA SÃO FIDÉLIS

O Projeto de Assentamento (PA) São Fidélis localiza-se no município de São Fidélis, região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, sendo implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio da Portaria nº 38, de 30 de outubro de 2002, a partir da desapropriação da antiga Fazenda São Fidélis. O assentamento ocupa uma área aproximada de 623 hectares, distribuída entre 22 unidades familiares, situando-se a aproximadamente três quilômetros da sede municipal, condição que favorece o acesso relativamente rápido aos equipamentos urbanos, aos serviços públicos e aos mercados consumidores locais. A infraestrutura dos lotes apresenta condições compatíveis com a permanência das famílias no campo, incluindo acesso à energia elétrica, abastecimento de água e equipamentos domésticos básicos, elementos que contribuem para a segurança alimentar e para a organização da produção. A caracterização do assentamento atualiza informações anteriormente sistematizadas por Paiva (2014), incorporando novos dados documentais, entrevistas e registros produzidos durante a execução da ATES.

Sob a perspectiva da Geografia, a transformação de uma antiga fazenda monocultora em um assentamento de agricultura familiar constitui expressão concreta do processo de reconfiguração territorial discutido anteriormente. Conforme Santos (2008), o território resulta das relações sociais historicamente construídas, enquanto Harvey (1992) destaca que as crises econômicas promovem novas formas de organização espacial.

Do ponto de vista ambiental, o assentamento integra a bacia do rio Paraíba do Sul e apresenta relevo suavemente ondulado, com diferentes níveis de aptidão agrícola. O diagnóstico realizado durante a elaboração do PRA[3] identificou passivos ambientais decorrentes do uso anterior da área,

[3] Trata-se de um instrumento técnico elaborado pelo INCRA e órgãos parceiros para estruturar, recuperar e consolidar projetos de assentamento que enfrentam problemas ambientais, fundiários ou de infraestrutura. O plano define diretrizes para corrigir irregularidades, melhorar a produção agropecuária, recuperar áreas degradadas e garantir o acesso a políticas públicas e crédito aos agricultores familiares.

incluindo compactação do solo, degradação de pastagens e necessidade de recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais.

Esse aspecto possui importante implicação para a compreensão da dinâmica produtiva local. Diferentemente da percepção frequentemente difundida de que a reforma agrária distribui áreas plenamente aptas à produção agrícola, o caso do PA São Fidélis evidencia que as famílias receberam um território marcado por limitações ambientais herdadas do modelo anterior de exploração. Assim, a consolidação da produção familiar exigiu não apenas investimentos em infraestrutura e organização produtiva, mas também ações permanentes de recuperação ambiental, manejo conservacionista dos solos e recomposição da cobertura vegetal, incorporadas às atividades de assistência técnica desenvolvidas pela Cooperativa CEDRO no âmbito da ATES.

Sob essa perspectiva, a dimensão ambiental passou a constituir elemento estruturante da estratégia de desenvolvimento do assentamento. Conforme destacam Altieri (2018) e Caporal e Costabeber (2004), a sustentabilidade da agricultura familiar depende da adoção de sistemas produtivos capazes de conciliar eficiência econômica, conservação ambiental e fortalecimento da autonomia dos agricultores. As atividades de assistência técnica desenvolvidas no PA São Fidélis buscaram justamente promover essa integração, incentivando práticas agroecológicas, diversificação produtiva, conservação dos recursos naturais e planejamento participativo do uso da terra.

Outro aspecto relevante refere-se à posição geográfica do assentamento. A reduzida distância (3km) em relação ao núcleo urbano de São Fidélis favorece o acesso das famílias às feiras livres, ao comércio local, às escolas, aos serviços de saúde e aos demais equipamentos públicos, contribuindo para a integração entre os espaços rural e urbano. Essa característica diferencia o PA São Fidélis de assentamentos localizados em áreas mais isoladas e ampliam as possibilidades de inserção econômica da agricultura familiar por meio da comercialização direta em circuitos curtos, aspecto amplamente discutido por Veiga (2001), Abramovay (2012) e Van der Ploeg (2008).

Ao mesmo tempo, o diagnóstico territorial realizado durante a elaboração do PRA evidenciou que o desenvolvimento do assentamento não dependia exclusivamente da capacidade produtiva das famílias. Questões relacionadas à infraestrutura viária, abastecimento de água, recuperação ambiental, acesso às políticas públicas e fortalecimento das organizações comunitárias foram identificadas como elementos fundamentais para a consolidação do projeto de reforma agrária. Essa constatação reforça a interpretação de Marsden (1999; 2003), segundo a qual os processos de *rural restructuring* envolvem a reorganização simultânea das dimensões econômicas, ambientais, institucionais e sociais do espaço rural, produzindo novas territorialidades sustentadas pela interação entre políticas públicas, atores locais e estratégias de desenvolvimento territorial.

Dessa forma, a caracterização territorial e ambiental do PA São Fidélis demonstra que o assentamento deve ser compreendido como resultado de um processo complexo de reconfiguração do espaço agrário regional. Mais do que representar uma nova distribuição da propriedade da terra, sua implantação significou a construção gradual de um novo território rural, no qual recuperação ambiental, diversificação produtiva, assistência técnica, organização social e fortalecimento da agricultura familiar passaram a constituir elementos indissociáveis da dinâmica de desenvolvimento local.

7 A ATER, ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL NO PA SÃO FIDÉLIS

A consolidação dos assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense não pode ser compreendida exclusivamente como resultado do acesso formal à terra, devendo ser analisada à luz das políticas públicas de apoio à produção, especialmente aquelas relacionadas à ATER. Nesse contexto, a atuação da Cooperativa CEDRO assumiu papel central na mediação entre as políticas estatais, a organização produtiva das famílias assentadas e a construção de novas formas de inserção econômica no meio rural.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) estabelece como diretriz a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na agricultura familiar, na inclusão produtiva e na autonomia dos agricultores. No caso dos assentamentos analisados, a implementação dessas diretrizes ocorreu por meio da contratação de entidades executoras, como a Cooperativa CEDRO, responsável por prestar serviços técnicos diretamente às famílias assentadas sob coordenação do INCRA.

Os resultados obtidos durante a pesquisa de campo permitem observar uma situação que, embora não seja exclusiva do PA São Fidelis, revela um desafio recorrente em diversos assentamentos rurais brasileiros: a descontinuidade das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Os relatos dos assentados indicam que, apesar da existência formal de instituições responsáveis pela assistência técnica, extensão rural e promoção do desenvolvimento rural, a atuação desses órgãos ocorre de maneira pontual e insuficiente para atender às demandas cotidianas das famílias.

Essa realidade torna-se particularmente evidente quando se compara a percepção dos agricultores em relação aos diferentes serviços de assistência técnica recebidos. Enquanto a equipe da ATES foi reconhecida pela presença contínua e pela construção de uma relação de proximidade com os produtores, as demais instituições foram frequentemente associadas a ações esporádicas e de baixa

continuidade. Esses resultados demonstram que a efetividade da assistência técnica está diretamente relacionada à permanência institucional no território, permitindo a construção de vínculos de confiança, o acompanhamento sistemático das unidades produtivas e a adaptação das recomendações às especificidades locais. Contudo, após o encerramento da execução da ATES pela cooperativa responsável, não houve a implementação de uma política de ATER que assegurasse a continuidade desse acompanhamento na área estudada. A interrupção desse processo representou uma ruptura nas relações construídas entre extensionistas e agricultores, evidenciando uma das principais fragilidades das políticas públicas de desenvolvimento rural quando estruturadas por contratos temporários e sem mecanismos eficazes de transição institucional.

Essa percepção corrobora estudos anteriores de Paiva (2014, 2023), que destacam a continuidade da assistência técnica e a permanência institucional como elementos centrais para o fortalecimento dos vínculos entre extensionistas e agricultores familiares e para a consolidação dos assentamentos rurais.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à capacidade das famílias em manter e reproduzir as práticas agroecológicas introduzidas durante a execução da ATES. A permanência dessas práticas, mesmo após o encerramento do contrato de assistência técnica, demonstra que o processo de extensão rural foi capaz de promover não apenas a transferência de tecnologias, mas também processos de aprendizagem social e construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, os agricultores deixaram de atuar como simples receptores de orientações técnicas, passando a incorporar os princípios agroecológicos ao manejo cotidiano de seus sistemas produtivos.

Essa constatação possui relevância significativa para o debate sobre sustentabilidade dos assentamentos rurais. A adoção de práticas agroecológicas reduz a dependência de insumos externos, favorece a conservação dos recursos naturais e fortalece a autonomia produtiva das famílias, contribuindo para sistemas agrícolas mais resilientes diante das oscilações econômicas e ambientais. Assim, os resultados observados sugerem que políticas públicas de assistência técnica contínua podem produzir impactos que se prolongam para além do período de sua execução formal.

No que se refere à organização econômica do assentamento, a existência do entreposto da Cooperativa Macuco[4] constituía um importante diferencial para a consolidação da atividade leiteira. Além de garantir um canal permanente de comercialização da produção, essa estrutura reduzia as

[4] A Cooperativa Regional Agropecuária de Macuco possuía um ponto de atendimento em São Fidélis (RJ). A estrutura ainda existe e está localizada na Rua Loureiro (RJ 194), na entrada do PA São Fidelis, e funcionava como ponto estratégico para captação de leite in natura.Com a modernização das estradas rurais e a expansão da frota de caminhões-tanque isotérmicos de grande porte pela Cooperativa de Macuco, a coleta passou a ser feita de forma direta nas propriedades que possuem resfriadores individuais ou em pontos estratégicos direto na rota dos caminhões, eliminando a necessidade de manter pequenas estruturas físicas comunitárias paradas.

dificuldades logísticas enfrentadas pelos produtores e proporcionava maior estabilidade na geração de renda das famílias. Dessa forma, observa-se que a infraestrutura coletiva instalada no assentamento desempenhava papel estratégico na viabilidade econômica dos estabelecimentos familiares, fortalecendo sua inserção nos mercados locais e regionais.

Entretanto, apesar dos avanços identificados na dimensão produtiva, permanecem desafios relacionados ao fortalecimento das políticas públicas de desenvolvimento rural. A limitada presença das áreas de saúde, assistência social e de parte dos serviços de extensão evidencia que o desenvolvimento dos assentamentos não depende exclusivamente da capacidade produtiva das famílias, mas também da atuação articulada das diferentes políticas públicas voltadas à promoção da cidadania, da inclusão social e da qualidade de vida no meio rural. A combinação entre produção agrícola, benefícios previdenciários e comercialização direta constitui uma estratégia típica de diversificação dos meios de vida rurais, fenômeno amplamente discutido por Ellis (2000), que demonstra como a pluralidade de fontes de renda aumenta a resiliência econômica das famílias rurais.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa indicam que o PA São Fidelis apresenta potencial significativo para o desenvolvimento da agricultura familiar, sustentado pela diversificação produtiva, pela organização coletiva da produção e pela incorporação de práticas agroecológicas. Contudo, a consolidação desse processo depende do fortalecimento das ações interinstitucionais, da continuidade das políticas de assistência técnica e extensão rural e da maior presença do poder público nas áreas de saúde, assistência social e infraestrutura, de modo a garantir condições adequadas para a permanência das famílias no campo e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Conforme destacam Caporal e Costabeber (2004), a extensão rural contemporânea deve ser compreendida como um processo educativo e participativo, no qual o conhecimento técnico é construído em diálogo com os saberes locais. Essa perspectiva se materializa no trabalho desenvolvido pela Cooperativa CEDRO, na medida em que a assistência técnica não se limita à transferência de tecnologias, mas incorpora práticas de planejamento participativo, acompanhamento contínuo e fortalecimento das capacidades organizativas das famílias assentadas.

Do ponto de vista produtivo, observa-se um padrão de organização baseado na diversificação das atividades agropecuárias, combinando culturas alimentares, produção animal de pequena escala e sistemas mistos de autoconsumo e comercialização. Essa diversificação constitui elemento central da estratégia de reprodução social das famílias, reduzindo sua dependência de mercados externos e ampliando sua capacidade de adaptação às variações sazonais e econômicas.

A análise dos registros técnicos e das entrevistas realizadas evidencia que a produção agrícola no assentamento cumpre simultaneamente três funções principais: (i) garantia da segurança alimentar

das famílias; (ii) geração de excedentes comercializáveis; e (iii) composição da renda familiar em articulação com políticas públicas de transferência de renda e benefícios previdenciários. Essa estrutura híbrida de reprodução econômica é característica da agricultura familiar em contextos de transição produtiva, conforme discutido por Abramovay (2012).

No caso específico do PA São Fidélis, a circulação da produção ocorre por meio de diferentes modalidades logísticas, incluindo transporte próprio das famílias, utilização de veículos de pequeno porte e, em alguns casos, transporte coletivo organizado entre assentados. Produtos perecíveis, como leite, ovos e hortaliças, são frequentemente comercializados de forma direta no próprio município, o que reforça a importância das relações de proximidade e da confiança entre produtores e consumidores.

A análise integrada dos dados obtidos nos dez assentamentos acompanhados pela Cooperativa CEDRO indica a presença de padrões semelhantes de organização produtiva e estratégias de reprodução social, ainda que com variações relacionadas às condições locais de solo, acesso a mercados, infraestrutura e trajetória das famílias. Essa recorrência sugere que o caso do PA São Fidélis não representa uma exceção isolada, mas sim uma expressão significativa de um processo regional mais amplo de reconfiguração do espaço agrário após a crise da agroindústria canavieira.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos confirmam que a crise da agroindústria canavieira representou um importante fator de reconfiguração territorial no Norte Fluminense. Mais do que promover alterações econômicas, esse processo criou condições para a emergência de novos territórios da agricultura familiar, cuja consolidação dependeu da atuação articulada da reforma agrária, da assistência técnica e das políticas públicas de desenvolvimento rural.

É nesse ponto que a reforma agrária assume centralidade analítica. Os assentamentos rurais implantados pelo INCRA, não devem ser compreendidos apenas como política compensatória ou distributiva, mas como expressão de um processo de reterritorialização do campesinato, no qual famílias anteriormente excluídas da dinâmica produtiva regional passam a reconstruir suas estratégias de reprodução social.

Os achados empíricos obtidos no PA São Fidélis, bem como nos demais assentamentos acompanhados pela Cooperativa CEDRO, indicam que essas novas territorialidades rurais são marcadas por formas híbridas de organização produtiva, combinando autoconsumo, comercialização em mercados locais e acesso a políticas públicas de transferência de renda e apoio produtivo. Essa configuração revela a importância das políticas de ATER na consolidação econômica desses territórios, ao promoverem a articulação entre conhecimento técnico, organização social e inserção produtiva.

Do ponto de vista teórico, os resultados corroboram a interpretação de Milton Santos (2008), segundo a qual o território é um espaço socialmente produzido, constantemente reorganizado pelas práticas econômicas e políticas. Da mesma forma, dialogam com David Harvey (1992), ao evidenciar que a reestruturação produtiva do capitalismo implica simultaneamente reorganizações espaciais e sociais profundas.

Os dados analisados também reforçam as contribuições de Ricardo Abramovay (2012) e José Eli da Veiga (2001), ao demonstrarem que a agricultura familiar, quando apoiada por políticas públicas adequadas, pode desempenhar papel relevante na dinamização econômica local e na reconstrução de formas sustentáveis de desenvolvimento rural.

Os dados permitem compreender que os assentamentos de reforma agrária implantados no Norte Fluminense constituem não apenas uma política redistributiva de acesso à terra, mas uma expressão concreta dos processos de reestruturação territorial que sucederam a crise da agroindústria canavieira, evidenciando o papel estratégico da agricultura familiar e da assistência técnica na construção de novas territorialidades rurais.

Conclui-se, portanto, que os assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense não representam um ponto de ruptura isolado em relação à dinâmica regional anterior, mas sim uma resposta territorial à crise da agroindústria canavieira e à reestruturação produtiva do espaço agrário. Nesse processo, a terra deixa de ser apenas um fator de produção agrícola e passa a constituir um elemento central de reconstrução das condições de vida, trabalho e reprodução social das famílias rurais.

Por fim, destaca-se que a experiência analisada evidencia a importância estratégica da articulação entre políticas fundiárias, assistência técnica e desenvolvimento territorial. Sem essa integração, os assentamentos tendem a enfrentar limitações estruturais em sua capacidade de consolidação econômica. Com ela, entretanto, tornam-se espaços potenciais de reconstrução produtiva e social no meio rural brasileiro. Os resultados ampliam evidências apresentadas em estudos anteriores (PAIVA, 2014; PAIVA, 2023), reforçando que a consolidação dos assentamentos do Norte Fluminense resulta da articulação entre agricultura familiar, políticas de ATER e processos de reconfiguração territorial.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecology: the Science of sustainable agriculture**. Boca Raton: CRC Press, 2018.

BALSADI, Otavio Valentim *et al.* **Considerações sobre a dinâmica recente do complexo sucroalcooleiro no estado de São Paulo**. Informações Econômicas, SP, v.26, n.4, abr. 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Mariana; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; SOUZA, Paulo Marcelo de. **Do lote às feiras: desvelando os gargalos que dificultam a comercialização coletiva da produção dos assentamentos de reforma agrária em Campos dos Goytacazes (RJ)**. Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional, v. 23, 2026. DOI: 10.26767/colquio.23.3593.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. **Institui o Programa Nacional do Álcool (Proálcool)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 14 nov. 1975.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 jan. 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: MDA/SAF, 2004.

COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PROJETOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LTDA. (CEDRO). **Plano de Recuperação do Assentamento (PRA): Projeto de Assentamento São Fidélis. Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). Convênio INCRA/CEDRO**. Rio de Janeiro: Cooperativa CEDRO; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2013b.

COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PROJETOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LTDA. (CEDRO). **Programa ATES – INCRA/RJ: Relatório Mensal de Atividades – abril de 2013**. Relatório técnico elaborado para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro (SR-07). Rio de Janeiro, 2013a.

ELLIS, Frank. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEEUWIS, Cees. **Communication for Rural Innovation: Rethinking Agricultural Extension**. 3. ed. Oxford: Blackwell Science, 2004.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

MARSDEN, Terry. **Rural Futures: The Consumption Countryside and its Regulation**. London: Routledge, 1999.

MARSDEN, Terry. **The Condition of Rural Sustainability**. Assen: Royal Van Gorcum, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

NATAL, J. L. A. **Desenvolvimento regional fluminense: uma contribuição aos estudos sobre as atuais formações sociais Norte, Baixadas Litorâneas e Serranas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

OLALDE, A. R. **Desenvolvimento tecnológico e competitividade da indústria brasileira: a indústria sucro-alcooleira.** Campinas, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

PAIVA, Rafael do Valle. **Origens e percursos da extensão rural na Argentina e no Brasil: do desenvolvimentismo à fragmentação**. 2023. 80 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

PAIVA, Rafael do Valle. **Os limites da normatização sanitária: qualidade microbiológica e tradição produtiva e alimentar.** 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTANA, Cynara Martins; BELO, D. C.; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. **Os principais desafios para a institucionalização do PAA nos assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense.** Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 10, n. 20, p. 62-87, jul. 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. **Paradigma tecnológico e dinâmica da agroindústria canavieira brasileira.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 37, n. 3, p. 35-52, jul./set. 1999.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOUZA, Joseane de; TERRA, Denise Cunha Tavares. **Migrações, pendularidades e mercado de trabalho no segmento upstream da indústria do petróleo na Bacia de Campos**. EURE – Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, Santiago, v. 46, n. 137, p. 157-180, 2020.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1979.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The New Peasantries: Struggles for Autonomy and sustainability in an Era of Empire.** London: Earthscan, 2008.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.